



Magazine Luiza S.A.

ITR - Informações Trimestrais
31 de março de 2018

magazineluiza
vem ser feliz

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	11
Notas explicativas às informações trimestrais	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	736.169	370.926	775.152	412.707
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	6	299.345	1.259.553	299.345	1.259.553
Contas a receber	7	1.404.300	1.233.983	1.410.669	1.241.290
Estoques	8	1.922.871	1.953.963	1.937.287	1.969.333
Contas a receber de partes relacionadas	9	87.359	99.985	85.953	96.766
Tributos a recuperar	10	189.985	198.894	191.853	200.678
Outros ativos		70.053	75.754	72.033	77.290
Total do ativo circulante		4.710.082	5.193.058	4.772.292	5.257.617
Não circulante					
Contas a receber	7	3.269	4.741	3.269	4.741
Tributos a recuperar	10	189.827	166.033	189.827	166.033
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	190.220	219.321	195.191	223.100
Depósitos judiciais	19	333.935	310.899	333.937	310.901
Outros ativos		27.252	42.464	29.175	44.387
Investimentos em controladas	12	91.290	78.530	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	13	277.190	311.347	277.190	311.347
Imobilizado	14	563.726	567.085	565.661	569.027
Intangível	15	488.414	486.111	534.669	532.360
Total do ativo não circulante		2.165.123	2.186.531	2.128.919	2.161.896
Total do ativo		6.875.205	7.379.589	6.901.211	7.419.513

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	2.447.446	2.898.025	2.456.864	2.919.541
Empréstimos e financiamentos	17	381.416	434.294	381.416	434.294
Salários, férias e encargos sociais		184.099	231.820	188.820	236.584
Tributos a recolher		88.956	81.196	91.732	84.451
Contas a pagar a partes relacionadas	9	82.914	89.486	82.914	89.521
Receita diferida	18	40.652	41.566	40.652	41.566
Dividendos a pagar		114.273	64.273	114.273	64.273
Outras contas a pagar		251.560	261.773	255.228	265.806
Total do passivo circulante		3.591.316	4.102.433	3.611.899	4.136.036
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	437.359	437.204	437.359	437.204
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	339.912	297.138	343.412	301.534
Receita diferida	18	459.048	468.837	459.048	468.837
Outras contas a pagar		-	-	1.923	1.925
Total do passivo não circulante		1.236.319	1.203.179	1.241.742	1.209.500
Total do passivo		4.827.635	5.305.612	4.853.641	5.345.536
Patrimônio líquido					
Capital social	20	1.719.886	1.719.886	1.719.886	1.719.886
Reserva de capital		39.278	37.094	39.278	37.094
Ações em tesouraria		(65.737)	(13.955)	(65.737)	(13.955)
Reserva legal		39.922	39.922	39.922	39.922
Reserva de lucros		161.878	288.371	161.878	288.371
Ajuste de avaliação patrimonial		4.860	2.659	4.860	2.659
Lucro do período		147.483	-	147.483	-
Total do patrimônio líquido		2.047.570	2.073.977	2.047.570	2.073.977
Total do Passivo e Patrimônio líquido		6.875.205	7.379.589	6.901.211	7.419.513

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de vendas	21	3.565.692	2.768.159	3.613.263	2.806.925
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	22	(2.549.246)	(1.961.053)	(2.569.908)	(1.974.478)
Lucro bruto		1.016.446	807.106	1.043.355	832.447
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	23	(634.702)	(504.011)	(641.873)	(508.587)
Gerais e administrativas	23	(123.206)	(113.137)	(132.940)	(120.119)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(12.492)	(5.592)	(12.492)	(5.598)
Depreciação e amortização	14 e 15	(36.876)	(34.259)	(37.235)	(34.435)
Resultado de equivalência patrimonial	12 e 13	24.144	24.554	23.319	23.379
Outras receitas operacionais, líquidas	23 e 24	20.187	9.479	21.136	10.365
		(762.945)	(622.966)	(780.085)	(634.995)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		253.501	184.140	263.270	197.452
Receitas financeiras		32.749	36.105	23.764	23.523
Despesas financeiras		(83.034)	(153.390)	(83.537)	(153.938)
Resultado financeiro	25	(50.285)	(117.285)	(59.773)	(130.415)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		203.216	66.855	203.497	67.037
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11	(55.733)	(8.292)	(56.014)	(8.474)
Lucro líquido do período		147.483	58.563	147.483	58.563
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		147.483	58.563	147.483	58.563
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	20	0,780	0,344	0,780	0,344
Diluído (reais por ação)	20	0,777	0,344	0,777	0,344

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro líquido do período	147.483	58.563
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes - ORA	838	2.027
Efeito dos impostos	(377)	(912)
Total	461	1.115
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	2.637	-
Efeito dos impostos	(897)	-
Total	1.740	-
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	2.201	1.115
Total dos resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	149.684	59.678
Atribuível a:		
Acionistas controladores	149.684	59.678

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de Lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Reservas de reforço de Capital de giro	Reservas de Incentivos fiscais			
Saldos em 1° de janeiro de 2017	606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	-	1.202	621.586
Plano de ações	-	1.116	-	-	-	-	-	-	1.116
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	58.563	-	58.563
	606.505	20.146	(28.729)	20.471	3.107	-	58.563	1.202	681.265
Outros resultados abrangentes:							-		
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	1.115	1.115
Saldos em 31 de março de 2017	606.505	20.146	(28.729)	20.471	3.107	-	58.563	2.317	682.380
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	220.072	68.299	-	2.659	2.073.977
Dividendos declarados	20	-	-	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Plano de ações	-	2.073	-	-	-	-	-	-	2.073
Ações em tesouraria	20	-	(56.785)	-	-	-	-	-	(56.785)
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	20	-	111	5.003	-	-	-	-	5.114
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	3.2	-	-	-	(24.411)	-	-	-	(24.411)
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	3.2/13	-	-	-	(52.082)	-	-	-	(52.082)
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	147.483	-	147.483
	1.719.886	39.278	(65.737)	39.922	93.579	68.299	147.483	2.659	2.045.369
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	2.201	2.201
Saldos em 31 de março de 2018	1.719.886	39.278	(65.737)	39.922	93.579	68.299	147.483	4.860	2.047.570

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		147.483	58.563	147.483	58.563
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	11	55.733	8.292	56.014	8.474
Depreciação e amortização	14 e 15	36.876	34.259	37.235	34.435
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	17	16.116	62.216	16.116	62.223
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(9.732)	(13.808)	(9.732)	(13.808)
Equivalência patrimonial	12 e 13	(24.144)	(24.554)	(23.319)	(23.379)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		25.620	28.274	25.564	28.340
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	45.704	10.786	44.838	10.070
Resultado na venda de ativo imobilizado	24	144	(2.614)	144	(2.614)
Apropriação da receita diferida	24	(10.703)	(10.080)	(10.703)	(10.080)
Despesas com plano de opção de ações		2.073	1.116	2.073	1.116
Lucro líquido do período ajustado		285.170	152.450	285.713	153.340
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(215.508)	(10.067)	(214.570)	(6.329)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		968.562	297.709	968.562	297.709
Estoques		23.021	122.542	24.031	123.313
Contas a receber de partes relacionadas		(1.035)	4.273	(1.066)	4.351
Tributos a recuperar		(14.885)	48.730	(14.969)	48.479
Outros ativos		(2.052)	(7.073)	(2.497)	(7.263)
Variação nos ativos operacionais		758.103	456.114	759.491	460.260
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(450.579)	(598.062)	(462.677)	(602.581)
Salários, férias e encargos sociais		(47.721)	473	(47.764)	(246)
Tributos a recolher		(4.682)	(7.089)	(5.227)	(7.379)
Contas a pagar a partes relacionadas		(6.572)	(16.681)	(6.607)	(16.678)
Outras contas a pagar		(16.370)	6.769	(16.766)	5.634
Variação nos passivos operacionais		(525.924)	(614.590)	(539.041)	(621.250)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.511)	-	(3.918)	(655)
Recebimento de dividendos		17.506	17.703	15.724	16.256
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		532.344	11.677	517.969	7.951
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	14	(19.644)	(19.782)	(19.725)	(20.091)
Aquisição de ativo intangível	15	(16.390)	(16.089)	(16.667)	(16.118)
Recebimento de venda de imobilizado		-	3.152	-	3.152
Aumento de capital em controlada		(11.935)	-	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(47.969)	(32.719)	(36.392)	(33.057)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	2.617	-	2.617
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(54.294)	(250.654)	(54.294)	(250.692)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	17	(13.167)	(70.872)	(13.167)	(70.875)
Alienação (aquisição de ações em tesouraria)		(51.671)	-	(51.671)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(119.132)	(318.909)	(119.132)	(318.950)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		365.243	(339.951)	362.445	(344.056)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		370.926	562.728	412.707	599.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		736.169	222.777	775.152	255.085
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		365.243	(339.951)	362.445	(344.056)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos valores adicionados Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	4.130.223	3.167.111	4.183.736	3.209.371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(12.492)	(5.592)	(12.492)	(5.598)
Outras receitas operacionais	21.271	10.042	22.222	10.929
	4.139.002	3.171.561	4.193.466	3.214.702
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(2.769.510)	(2.108.743)	(2.790.326)	(2.122.136)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(350.276)	(268.582)	(361.658)	(275.793)
Perda e recuperação de valores ativos	(10.529)	(19.282)	(10.473)	(19.342)
	(3.130.315)	(2.396.607)	(3.162.457)	(2.417.271)
Valor adicionado bruto	1.008.687	774.954	1.031.009	797.431
Depreciação e amortização	(36.876)	(34.259)	(37.235)	(34.435)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	971.811	740.695	993.774	762.996
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	24.144	24.554	23.319	23.379
Receitas financeiras	32.749	36.105	23.759	23.523
Valor adicionado total a distribuir	1.028.704	801.354	1.040.852	809.898
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	216.937	182.314	220.683	185.328
Benefícios	48.320	33.945	48.922	34.335
FGTS	20.461	18.753	20.784	19.002
	285.718	235.012	290.389	238.665
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	120.658	71.398	122.751	72.933
Estaduais	293.652	191.490	297.833	193.742
Municipais	11.860	10.543	12.379	10.996
	426.170	273.431	432.963	277.671
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	75.551	142.445	75.951	142.872
Aluguéis	87.764	82.718	87.948	82.864
Outras	6.018	9.185	6.118	9.263
	169.333	234.348	170.017	234.999
Remuneração de capital próprio:				
Lucro retidos	147.483	58.563	147.483	58.563
	1.028.704	801.354	1.040.852	809.898

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações trimestrais

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 13), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de março de 2018 (e em 31 de dezembro de 2017) a Companhia possuía 858 lojas e 10 centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br e www.epocacosmeticos.com.br.

Em 3 de maio de 2018, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas informações contábeis intermediárias.

2. Apresentação e elaboração das informações trimestrais

2.1. Políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (demonstração intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Exceto pela adoção inicial das IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 15 (CPC 47), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 3, as práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas Notas 3, 4, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 26, 28 e 29 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as quais foram divulgadas em 22 de fevereiro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas Controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme às IFRS.

A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

3.1 Novas normas

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

3.2 Adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47/ IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018.

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			Saldo após Adoção Inicial 01/01/2018	
		Saldo anterior	Ajuste adoção inicial		Saldo após Adoção Inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial		
		01/01/2018	IFRS9	IFRS15	01/01/2018	01/01/2018	IFRS9		IFRS15
Ativo									
Circulante									
Contas a receber	3.2 -b)	1.233.983	(34.209)	-	1.199.774	1.241.290	(34.209)	-	1.207.081
Estoques	3.2- a)	1.953.963	-	2.458	1.956.421	1.969.333	-	2.458	1.971.791
Contas a receber com partes relacionadas		99.985	(2.010)	-	97.975	96.766	(2.010)	-	94.756
Demais ativos		1.905.127	-	-	1.905.127	1.950.228	-	-	1.950.228
Total do ativo circulante		5.193.058	(36.219)	2.458	5.159.297	5.257.617	(36.219)	2.458	5.223.856
Não circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	219.321	12.315	261	231.897	223.100	12.315	261	235.676
Investimentos em controladas em conjunto	3.2-b)/13	311.347	(52.082)	-	259.265	311.347	(52.082)	-	259.265
Demais ativos		1.655.863	-	-	1.655.863	1.627.449	-	-	1.627.449
Total do ativo não circulante		2.186.531	(39.767)	261	2.147.025	2.161.896	(39.767)	261	2.122.390
Total do ativo		7.379.589	(75.986)	2.719	7.306.322	7.419.513	(75.986)	2.719	7.346.246
Passivo									
Circulante									
Demais passivos		3.840.660	-	-	3.840.660	3.606.038	-	-	3.606.038
Outras contas a pagar	3.2 -a)	261.773	-	3.226	264.999	529.998	-	3.226	533.224
Total do passivo circulante		4.102.433	-	3.226	4.105.659	4.136.036	-	3.226	4.139.262
Não circulante									
Total do passivo não circulante		1.203.179	-	-	1.203.179	1.209.500	-	-	1.209.500
Total do passivo		5.305.612	-	3.226	5.308.838	5.345.536	-	3.226	5.348.762
Patrimônio líquido		2.073.977	(75.986)	(507)	1.997.484	2.073.977	(75.986)	(507)	1.997.484
Total do Passivo e Patrim.líquido		7.379.589	(75.986)	2.719	7.306.322	7.419.513	(75.986)	2.719	7.346.246

a) CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Substituí o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18 e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

	01/01/2018
Receita líquida de vendas	(3.226)
Custo das mercadorias revendidas	2.458
IR/CS	261
Efeito da adoção inicial	(507)

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	91.928	91.928
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	310.901	310.901
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Empréstimos e recebíveis	VJORA	837.201	817.717
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	408.830	394.105
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	54.428	54.428
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Empréstimos e recebíveis	VJR	42.338	40.328
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	A valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	320.779	320.779
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivos	A valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	10.995	10.995
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivos	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.247.180	1.247.180
Instrumentos Derivativos Ativo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.378	1.378
			3.325.958	3.289.739

ii) *Impairment de Ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação do *impairment*

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

Impacto do novo modelo de *impairment*

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis.

Contas a receber e ativos contratuais

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos sete anos.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito das total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

	01/01/2018
Contas a receber - Cartão de Crédito - VJORA	(19.483)
Contas a receber - PCLD - <i>Impairment</i>	(14.726)
Contas a receber com partes relacionadas - Cartão de Crédito - VJR	(2.010)
Investimentos em controlada em conjunto - <i>Impairment</i>	(52.082)
IR/CS	12.315
Efeito da adoção Inicial	<u>(75.986)</u>

4. Notas explicativas incluídas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 não apresentadas nestas informações trimestrais

As informações trimestrais estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) e IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011. A preparação destas informações trimestrais envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas. Desse modo, estas informações intermediárias incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Conforme facultado pelo Ofício Circular nº 03/2011, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as seguintes notas explicativas e suas referências às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 deixaram de ser apresentadas:

- Principais políticas e práticas contábeis (Nota explicativa nº 3)
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas (Nota explicativa nº 4)
- Arrendamentos compromissados (Nota Explicativa nº 29);

5. Caixa e equivalentes de caixa

Taxas	Controladora		Consolidado		
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	
Caixa	51.805	38.614	51.813	38.621	
Bancos	27.416	51.946	27.715	53.307	
Certificados de depósitos bancários	De 70% a 101% CDI	656.752	280.173	665.194	293.150
Fundos de investimentos não exclusivos	De 92,5% a 100% CDI	196	193	30.430	27.629
Total de caixa e equivalentes de caixa	736.169	370.926	775.152	412.707	

6. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora e Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários			
Fundo de investimento não exclusivo	99% CDI	11.164	10.995
Fundo de investimento exclusivo:	(a)		
Títulos públicos federais e operações compromissadas		288.181	1.242.828
Depósitos a prazo e outros títulos		-	4.352
	Nota 9.a	288.181	1.247.180
Total de títulos e valores mobiliários		299.345	1.258.175
Outros ativos financeiros - registrados ao valor justo por meio do resultado			
Swap a receber - Hedge de valor justo		-	1.378
Total de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		299.345	1.259.553

- (a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	989.168	818.154	992.543	820.267
Cartões de débito (a)	14.000	16.934	14.000	16.934
Credíário próprio (b)	153.061	164.725	153.759	165.373
Demais contas a receber (c)	90.518	63.517	90.518	63.517
Total de contas a receber de clientes	1.246.747	1.063.330	1.250.820	1.066.091
Provenientes de acordos comerciais (d)	250.868	252.146	253.164	256.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(59.606)	(42.672)	(59.606)	(42.672)
Ajuste a valor presente	(30.440)	(34.080)	(30.440)	(34.085)
Total de contas a receber	1.407.569	1.238.724	1.413.938	1.246.031
Circulante	1.404.300	1.233.983	1.410.669	1.241.290
Não circulante	3.269	4.741	3.269	4.741

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 25 dias (20 dias em 31 de dezembro de 2017), na controladora e consolidado.

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de março de 2018, a Controladora possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R\$ 1.544.528 (R\$ 1.506.129 em 31 de dezembro de 2017) e Consolidado R\$ 1.564.496 (R\$ 1.528.700 em 31 de dezembro de 2017), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105,0% a 109,0% do CDI. A Companhia, por meio das

operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, liquida as contas a receber relativas a esses créditos que com adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, passou a ser registrado em outros resultados abrangentes e após a efetivação da operação registra os respectivos encargos financeiros no resultado do período no momento da liquidação.

- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.
- (c) Estas vendas são intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica está alocado os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- (d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(42.672)	(29.535)	(42.672)	(29.535)
(+) Adições	(15.091)	(52.448)	(15.091)	(52.455)
(+) Adoção inicial IFRS09	(14.726)	-	(14.726)	-
(-) Baixas	12.883	39.311	12.883	39.318
Saldo final	(59.606)	(42.672)	(59.606)	(42.672)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Valores a vencer:								
Até 30 dias	150.045	151.232	154.118	153.993	80.060	92.319	82.356	96.870
Entre 31 e 60 dias	93.173	99.316	93.173	99.316	44.705	106.629	44.705	106.629
Entre 61 e 90 dias	36.036	66.499	36.036	66.499	26.419	23.797	26.419	23.797
Entre 91 e 180 dias	473.785	284.648	473.785	284.648	92.745	17.186	92.745	17.186
Entre 181 e 360 dias	460.177	430.941	460.177	430.941	1.636	1.837	1.636	1.837
Acima de 361 dias	8.107	10.202	8.107	10.202	1.010	1.103	1.010	1.103
	1.221.323	1.042.838	1.225.396	1.045.599	246.575	242.871	248.871	247.422
Valores vencidos:								
Até 30 dias	7.290	6.105	7.290	6.105	2.286	5.499	2.286	5.499
Entre 31 e 60 dias	5.055	3.599	5.055	3.599	1.248	284	1.248	284
Entre 61 e 90 dias	3.618	3.065	3.618	3.065	208	148	208	148
Entre 91 e 180 dias	9.461	7.723	9.461	7.723	551	3.344	551	3.344
	25.424	20.492	25.424	20.492	4.293	9.275	4.293	9.275
Total	1.246.747	1.063.330	1.250.820	1.066.091	250.868	252.146	253.164	256.697

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	1.975.580	2.000.926	1.990.456	2.016.812
Material para consumo	9.099	9.073	9.099	9.073
Provisões para perdas nos estoques	(61.808)	(56.036)	(62.268)	(56.552)
Total	1.922.871	1.953.963	1.937.287	1.969.333

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 24.364 (R\$ 24.364 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(56.036)	(40.894)	(56.552)	(41.527)
Constituição da provisão	(10.529)	(36.244)	(10.473)	(36.127)
Estoques baixados ou vendidos	4.757	21.102	4.757	21.102
Saldo final	(61.808)	(56.036)	(62.268)	(56.552)

9. Partes relacionadas

a) Saldo de partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	13.281	10.919	13.281	10.919	36.846	31.297	36.846	31.297
CDC	1.516	2.533	1.516	2.533	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(34.544)	(43.631)	(34.544)	(43.631)	-	-	-	-
Cartão de crédito	35.930	42.338	35.930	42.338	(43.773)	(41.855)	(43.773)	(41.855)
Reembolso de despesa compartilhadas	-	-	-	-	16.240	14.724	16.240	14.724
	16.183	12.159	16.183	12.159	9.313	4.166	9.313	4.166
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	35.034	30.435	35.034	30.435	73.284	60.581	73.284	60.581
Dividendos a receber	-	9.869	-	9.869	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(45.697)	(43.373)	(45.697)	(43.373)	-	-	-	-
	(10.663)	(3.069)	(10.663)	(3.069)	73.284	60.581	73.284	60.581
Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)								
Comissões por serviços prestados	851	1.087	-	-	2.692	2.961	-	-
Grupo de Consórcios	(919)	(590)	(919)	(590)	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	1.782	-	-	-	-	-	-
	(68)	2.279	(919)	(590)	2.692	2.961	-	-
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (iv)								
Comissões por serviços prestados	79	22	-	-	80	17	-	-
Donatelo - "Integra Commerce"(v)								
Reembolso de despesa compartilhadas	476	328	-	-	148	-	-	-
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)								
Aluguéis	(1.178)	(1.176)	(1.178)	(1.179)	(6.067)	(5.612)	(6.081)	(5.652)
PJD Agropastoril Ltda. (vii)								
Aluguéis, fretes e outros repasses	(44)	(44)	(44)	(76)	(679)	(520)	(774)	(613)
LH Agropastoril, Administração de participações Ltda. (ix)								
Aluguéis	(75)	-	(75)	-	(225)	-	(225)	-
ETCO - Sociedade em Conta de Participação (viii)								
Comissão de agenciamento -"Fee"	-	-	-	-	(1.519)	(2.576)	(1.519)	(2.576)
Despesa com veiculação de mídia	(265)	-	(265)	-	(49.199)	(41.775)	(49.199)	(41.775)
	(265)	-	(265)	-	(50.718)	(44.351)	(50.718)	(44.351)
Total partes relacionadas	4.445	10.499	3.039	7.245	27.828	17.242	24.799	14.131

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas a receber de partes relacionadas	87.359	99.985	85.953	96.766
Contas a pagar a partes relacionadas	(82.914)	(89.486)	(82.914)	(89.521)
Total	4.445	10.499	3.039	7.245

Demais partes relacionadas: Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fundos de investimentos (x)	288.181	1.247.180	288.181	1.247.180	9.563	13.511	9.563	13.511

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- (a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
 - (a) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
- (ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) As transações com a Campos Floridos - "Época Cosméticos", controlada integral, referem-se ao custo de aquisição de mercadorias para revenda e também comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* do Magazine Luiza.
- (v) As transações com a Donatelo - "Integra Commerce", controlada integral, referem-se reembolso de despesas compartilhadas.
- (vi) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- (vii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas e aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- (viii) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (ix) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais escritório central.
- (x) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 6 - Títulos e valores mobiliários).

b) Remuneração da Administração

	31/03/2018		31/03/2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	938	1.678	677	997
Plano de opção de ações	23	525	521	98

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores estão sendo provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em 13 de abril de 2018, a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em que é previsto o limite máximo de remuneração de R\$ 28.480.

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ICMS a recuperar (a)	368.434	341.473	368.434	341.495
IRPJ e CSLL a recuperar	7.290	-	7.432	142
IRRF a recuperar	545	7.793	610	7.794
PIS e COFINS a recuperar	1.029	13.148	2.690	14.767
Outros	2.514	2.513	2.514	2.513
	379.812	364.927	381.680	366.711
Ativo circulante	189.985	198.894	191.853	200.678
Ativo não circulante	189.827	166.033	189.827	166.033

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	203.216	66.855	203.497	67.037
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(69.093)	(22.731)	(69.189)	(22.793)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	8.209	8.348	7.928	7.949
Efeito de subvenção governamental	5.019	6.608	5.019	6.608
Outras exclusões permanentes, líquidas	132	(517)	228	(238)
Débito de imposto de renda e contribuição social	(55.733)	(8.292)	(56.014)	(8.474)
Corrente	(14.953)	(3.651)	(16.426)	(4.453)
Diferido	(40.780)	(4.641)	(39.588)	(4.021)
Total	(55.733)	(8.292)	(56.014)	(8.474)
Taxa efetiva	27,4%	12,4%	27,5%	12,6%

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora				Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Reconhecimento no Resultado	Adoção IFRS	VJORA	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017	Reconhecimento no Resultado	Adoção IFRS	VJORA	Saldo em 31/03/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:										
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	113.917	(6.916)	-	-	107.001	117.253	(6.017)	-	-	111.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.508	7.375	5.007	-	26.890	14.508	7.375	5.007	-	26.890
Provisão para perda nos estoques	19.052	1.127	-	-	20.179	19.229	1.106	-	-	20.335
Provisão para ajustes a valor presente	8.648	(1.233)	-	-	7.415	8.671	(1.256)	-	-	7.415
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	101.027	(6.777)	-	-	94.250	101.235	(6.760)	-	-	94.475
Variações cambiais	4.683	(4.683)	-	-	-	4.683	(4.683)	-	-	-
Outras provisões	11.156	(9.876)	7.569	(897)	7.952	11.191	(9.556)	7.569	(897)	8.307
	272.991	(20.983)	12.576	(897)	263.687	276.770	(19.791)	12.576	(897)	268.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:										
Amortização de intangível	(41.679)	-	-	-	(41.679)	(41.679)	-	-	-	(41.679)
Depósitos judiciais	(8.996)	(20.006)	-	-	(29.002)	(8.996)	(20.006)	-	-	(29.002)
Outros	(2.995)	209	-	-	(2.786)	(2.995)	209	-	-	(2.786)
	(53.670)	(19.797)	-	-	(73.467)	(53.670)	(19.797)	-	-	(73.467)
	219.321	(40.780)	12.576	(897)	190.220	223.100	(39.588)	12.576	(897)	195.191

12. Investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas informações trimestrais individuais, é como segue:

Investimento em controladas

	Época		LAC		Integra	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Quotas/ações possuídas	12.855	12.855	6.500	6.500	100	100
Ativos circulantes	22.553	26.101	41.025	41.436	38	241
Ativos não circulantes	11.410	10.666	4.202	3.904	2.647	2.498
Passivos circulantes	10.533	23.233	10.643	12.982	813	607
Passivos não circulantes	2.837	3.784	2.586	2.537	-	-
Capital social	28.355	16.755	6.500	6.500	1.360	1.025
Patrimônio líquido	20.593	9.750	31.998	29.821	1.872	2.132
Receita líquida	23.126	79.007	17.560	65.352	94	758
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	(757)	(846)	2.177	7.505	(595)	(793)

Movimentação dos investimentos	Época		LAC		Integra	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais	46.577	42.923	29.821	24.099	2.132	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.600	4.500	-	-	335	925
Total dos ativos identificados líquidos	-	-	-	-	-	2.020
Passivo a descoberto na data da aquisição de controlada	-	-	-	-	-	(20)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.783)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(757)	(846)	2.177	7.505	(595)	(793)
Saldos finais	57.420	46.577	31.998	29.821	1.872	2.132

Total de investimentos em controladas

	31/03/2018	31/12/2017
Época Cosméticos	20.593	9.750
Época Cosméticos - ágio	36.827	36.827
Grupo de consórcio ("LAC")	31.998	29.821
Integra - "Donatelo"	1.872	2.132
	91.290	78.530

13. Investimentos em controladas em conjunto

	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ações totais - em milhares	978	978	133.883	133.883
Percentual de participação direta	50%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	5.414.394	5.108.440	166.998	174.120
Ativos não circulantes	656.414	550.506	322.520	320.376
Passivos circulantes	5.384.324	4.903.194	187.258	194.592
Passivos não circulantes	165.708	168.604	95.544	91.246
Capital social	291.700	291.700	133.884	133.883
Patrimônio líquido	520.776	587.148	206.716	208.658
Receitas líquidas	442.244	1.688.512	102.334	395.602
Lucro líquido do período/exercício	37.792	137.524	8.846	34.788

Movimentação dos investimentos	Luizacred		Luizaseg	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais	293.574	275.477	17.773	18.353
Dividendos propostos	-	(50.665)	(5.855)	(19.431)
Outros resultados abrangentes	-	-	461	1.457
Adoção inicial IFRS 9	(52.082)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	18.896	68.762	4.423	17.394
Saldos finais	260.388	293.574	16.802	17.773

Total de investimentos em controladas em conjunto

	31/03/2018	31/12/2017
Luizacred (a)	260.388	293.574
Luizaseg (b)	103.358	104.329
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	(86.556)	(86.556)
Total de investimentos em controladas em conjunto	277.190	311.347

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.
- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (c) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

14. Imobilizado

A movimentação do imobilizado, durante os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2017	567.085	569.027
Adições	19.644	19.725
Baixas	(206)	(206)
Depreciação	(22.797)	(22.885)
Imobilizado líquido em 31 de março de 2018	<u>563.726</u>	<u>565.661</u>

Composição do imobilizado em 31 de março de 2018:		
Valor de custo do imobilizado	1.227.472	1.231.518
Depreciação acumulada	(663.746)	(665.857)
Imobilizado líquido em 31 de março de 2018	<u>563.726</u>	<u>565.661</u>

	Controladora	Consolidado
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2016	559.320	560.067
Adições	19.782	20.091
Depreciação	(22.119)	(22.184)
Imobilizado líquido em 31 de março de 2017	<u>556.983</u>	<u>557.974</u>

Composição do imobilizado em 31 de março de 2017:		
Valor de custo do imobilizado	1.136.347	1.139.152
Depreciação acumulada	(579.364)	(581.178)
Imobilizado líquido em 31 de março de 2017	<u>556.983</u>	<u>557.974</u>

Durante o trimestres, não foram identificados indicadores de não recuperação dos ativos imobilizados.

15. Intangível

A movimentação do intangível, durante os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2017	486.111	532.360
Adições	16.390	16.667
Baixas	(8)	(8)
Amortização	(14.079)	(14.350)
Intangível líquido em 31 de março de 2018	<u>488.414</u>	<u>534.669</u>

Composição do intangível em 31 de março de 2018		
Valor de custo do intangível	819.431	868.220
Amortização acumulada	(331.017)	(333.551)
Intangível líquido em 31 de março de 2018	<u>488.414</u>	<u>534.669</u>

	Controladora	Consolidado
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2016	469.724	513.049
Adições	16.089	16.118
Amortização	<u>(12.140)</u>	<u>(12.251)</u>
Intangível líquido em 31 de março de 2017	<u>473.673</u>	<u>516.916</u>
Composição do intangível em 31 de março de 2017		
Valor de custo do intangível	755.073	800.004
Amortização acumulada	<u>(281.400)</u>	<u>(283.088)</u>
Intangível líquido em 31 de março de 2017	<u>473.673</u>	<u>516.916</u>

Durante o trimestres, não foram identificados indicadores de não recuperação dos ativos intangíveis.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda - mercado interno	2.448.751	2.897.609	2.454.895	2.914.743
Outros fornecedores	23.771	34.332	27.045	38.945
Ajuste a valor presente	(25.076)	(33.916)	(25.076)	(34.147)
Total de fornecedores	2.447.446	2.898.025	2.456.864	2.919.541

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de março de 2018, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite do Magazine Luiza, somava R\$75.998 (R\$294.905 em 31 de dezembro de 2017).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Capital de giro em moeda estrangeira	1,43% a.a. a 6,41% a.a + Var.cambial	N/A	Mar/18	-	52.519	-	52.519
Capital de giro em moeda nacional	110,7% a 125,3% do CDI	Avais	Dez/19	256.626	251.600	256.626	251.600
Debêntures - oferta restrita - 7ª. emissão	113,5% do CDI	Recebíveis de Cartão de Crédito	Mar/20	299.691	305.116	299.691	305.116
Notas promissórias (a)	109,0% a 112,0% do CDI	Clean	Mai/19	216.077	212.343	216.077	212.343
Arrendamentos Mercantis Financeiros (b)	2,5% a.a. a CDI + 2,88%	Alienação fiduciária	Dez/19	7.723	9.226	7.723	9.226
Financiamento de Inovação - FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	35.173	37.024	35.173	37.024
Financiamento de Expansão - BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	3.485	3.670	3.485	3.670
Total de empréstimos e financiamentos				818.775	871.498	818.775	871.498
Passivo circulante				381.416	434.294	381.416	434.294
Passivo não circulante				437.359	437.204	437.359	437.204

(a) A Companhia realizou as seguintes emissões de notas promissórias:

Emissões	Principal R\$	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						31/03/2018	31/12/2017
3ª emissão - 1ª. série	100.000	10/05/2017	10/05/2018	20	109,0% do CDI	107.925	106.085
3ª emissão - 2ª. série	100.000	10/05/2017	10/05/2019	20	112,0% do CDI	108.152	106.258
						216.077	212.343

- (b) Refere-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA), no montante de R\$ 68.103. Até 31 de março de 2018 foi liberada a primeira parcela no valor total de R\$ 4.383.

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Saldo inicial	871.498	1.848.638	871.498	1.848.776
Captação	-	2.617	-	2.617
Pagamento de principal	(54.294)	(250.654)	(54.294)	(250.692)
Pagamento de juros	(13.167)	(70.872)	(13.167)	(70.875)
Juros provisionados	16.116	62.216	16.116	62.223
Hedge de valor justo	(1.378)	(13.879)	(1.378)	(13.879)
Saldo final	818.775	1.578.066	818.775	1.578.170

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Vencimento	Controladora e Consolidado
2018	379.783
2019	115.691
2020	307.487
2021	7.907
2022 em diante	7.907
Total	818.775

Covenants

A 7ª Emissão de Debêntures cláusula restritiva (“covenants”) equivalente à manutenção da relação “Dívida Líquida ajustada/EBITDA Ajustado” não superior a 3,0 vezes.

Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário.

Em 31 de março de 2018, a Companhia está adimplente à cláusula restritiva (“covenants”) descrita acima.

18. Receita diferida

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Receita diferida com terceiros:		
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	155.409	157.552
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A.	118.375	121.500
Outros contratos	1.496	2.409
	275.280	281.461
Receita diferida com partes relacionadas:		
Contrato de exclusividade com a Luizacred (a)	130.170	132.942
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (b)	94.250	96.000
	224.420	228.942
Total de receitas diferidas	499.700	510.403
Passivo circulante	40.652	41.566
Passivo não circulante	459.048	468.837

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	246.122	16.173	34.843	297.138
Adições	39.464	2.500	600	42.564
Pagamentos	-	(1.356)	(1.574)	(2.930)
Atualizações	3.140	-	-	3.140
Saldos em 31 de março de 2018	288.726	17.317	33.869	339.912

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	249.906	16.339	35.289	301.534
Adições	39.464	2.741	948	43.153
Reversão	(947)	(210)	(298)	(1.455)
Pagamentos	-	(1.386)	(1.574)	(2.960)
Atualizações	3.140	-	-	3.140
Saldos em 31 de março de 2018	291.563	17.484	34.365	343.412

Em 31 de março de 2018, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) **Processos tributários**

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de março de 2018 perfaz R\$ 47.581 (R\$ 42.969 em 31 de dezembro de 2017), tributos estaduais, cujo montante em 31 de março de 2018 perfaz R\$ 95.866 (R\$ 62.085 em 31 de dezembro de 2017) e tributos municipais no montante de R\$ 61 (R\$ 59 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas redes adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de março de 2018 perfaz R\$ 145.218 (R\$ 141.009 em 31 de dezembro de 2017), tributos estaduais, cujo montante em 31 de março de 2018 perfaz R\$ 2.837 (R\$ 3.784 em 31 de dezembro de 2017) e os tributos municipais não apresentaram provisões desse gênero nesse período.

b) **Processos cíveis**

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 17.484 em 31 de março de 2018 (R\$ 16.339 em 31 de dezembro de 2017), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Processos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 34.365 em 31 de março de 2018 (R\$ 35.289 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 333.937 em 31 de março de 2018 (R\$ 310.901 em 31 de dezembro de 2017).

d) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de março de 2018, o montante de R\$ 1.059.113 (R\$ 963.786 em 31 de dezembro de 2017), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de março de 2018 o montante de R\$ 391.030 (R\$ 423.877 em 31 de dezembro de 2017) e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de março de 2018 o montante de R\$ 1.350 (R\$ 1.309 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. Segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota RAT; (vi) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Por haver incertezas com relação à saída de recursos para tais provisões, a Administração entende que não é possível determinar com razoabilidade o cronograma de liquidação.

e) **Processos de natureza ativa**

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacam-se: i) a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de aproximadamente R\$ 625.841 incluindo atualização monetária (R\$ 620.289 em 31 dezembro de 2017) de tributos já recolhidos e outras discussões envolvendo créditos de PIS e COFINS em montantes de aproximadamente R\$ 320.217 (R\$ 304.188 em 31 dezembro de 2017). Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais; ii) a discussão judicial sobre o direito reconhecido por decisão do Supremo Tribunal Federal, dos contribuintes recuperarem o ICMS pago a maior na sistemática da substituição tributária correspondente à diferença da margem praticada em comparação à margem presumida pelos Estados (MVA - Margem de Valor Agregado). A Companhia está avaliando junto aos seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais.

20. **Patrimônio líquido**

Em 31 de março de 2018, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	121.378.140	63,68
Ações em circulação	67.664.436	35,50
Ações em tesouraria	1.548.888	0,82
Total	190.591.464	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 50.000.000 ações ordinárias.

a) Reserva de capital

Em 31 de março de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 39.278 (R\$ 37.094 em 31 de dezembro de 2017).

b) Reserva legal

Em 31 de março de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$39.922 (R\$ 39.922 em 31 de dezembro de 2017).

c) Ações em tesouraria

Em 22 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a criação do programa de recompra de ações no montante de 3.000.000 de ações. A partir deste programa até o encerramento do trimestre a Companhia adquiriu 630.000 ações ao custo médio de R\$ 90,13 e montante de R\$ 56.785.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, ocorreu a realização de plano de opção de ações com ações em tesouraria no montante de R\$ 5.114 (306.428 ações com preço médio de venda de R\$ 16,69).

d) Reservas de lucros

Em 12 de março de 2018 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 50.000, em adição aos R\$ 75.000 já declarados aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2017.

Na rubrica de Reserva de lucros também estão imputados os efeitos da adoção inicial do IFRS 09 e IFRS 15, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Assim, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros:

Período	Reserva de reforço para capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucro
31/03/2018	93.579	68.299	161.878
31/12/2017	220.072	68.299	288.371

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de março de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 4.860 (R\$ 2.659 em 31 de dezembro de 2017).

f) Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Média das ações ordinárias	190.591.464	172.991.464	190.591.464	172.991.464
Efeito das ações em tesouraria	(1.548.888)	(2.800.000)	(1.548.888)	(2.800.000)
Efeito diluidor de ações (a)	-	-	889.056	272.308
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	189.042.576	170.191.464	189.931.632	170.463.772
Lucro líquido	147.483	58.563	147.483	58.563
Lucro por ação em Reais (b)	0,780	0,344	0,777	0,344

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

b) O lucro básico e diluído do período de 31 de março de 2017 está com o efeito do desdobramento das ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de setembro de 2017 na razão de 1 para 8 ações.

21. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	4.149.446	3.183.273	4.177.071	3.199.164
Varejo - prestações de serviços	163.206	125.193	170.097	135.726
Administração de consórcio	-	-	19.122	16.108
	4.312.652	3.308.466	4.366.290	3.350.998
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	(726.999)	(523.689)	(731.498)	(526.315)
Varejo - prestações de serviços	(19.961)	(16.618)	(19.967)	(16.618)
Administração de consórcio	-	-	(1.562)	(1.140)
	(746.960)	(540.307)	(753.027)	(544.073)
Receita líquida de vendas	3.565.692	2.768.159	3.613.263	2.806.925

22. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Custos:				
Das mercadorias revendidas	(2.549.246)	(1.961.053)	(2.562.976)	(1.966.688)
Das prestações de serviços	-	-	(6.932)	(7.790)
	(2.549.246)	(1.961.053)	(2.569.908)	(1.974.478)

23. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Despesas com pessoal	(342.587)	(285.237)	(344.106)	(286.304)
Despesas com prestadores de serviços	(214.831)	(159.917)	(220.785)	(164.096)
Outras	(180.303)	(162.515)	(188.786)	(167.941)
Total	(737.721)	(607.669)	(753.677)	(618.341)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<u>Classificados por função como:</u>				
Despesas com vendas	(634.702)	(504.011)	(641.873)	(508.587)
Despesas gerais e administrativas	(123.206)	(113.137)	(132.940)	(120.119)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 24)	20.187	9.479	21.136	10.365
Total	(737.721)	(607.669)	(753.677)	(618.341)

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	(144)	2.614	(144)	2.614
Apropriação da receita diferida (a)	10.703	10.080	10.703	10.080
Efeitos tributários não recorrentes	10.595	(1.258)	11.541	(772)
Despesas não recorrentes (b)	(963)	(556)	(963)	(556)
Outros	(4)	(1.401)	(1)	(1.001)
Total	20.187	9.479	21.136	10.365

- (a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.
- (b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	12.444	10.528	12.444	10.528
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	10.281	17.777	1.296	5.195
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	1.255	884	1.255	884
Descontos obtidos e atualizações monetárias	8.356	6.493	8.356	6.493
Outros	413	423	413	423
	32.749	36.105	23.764	23.523
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(16.875)	(67.957)	(16.875)	(67.964)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(58.676)	(74.488)	(59.076)	(74.908)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(2.599)	(3.400)	(2.599)	(3.400)
Outros	(4.884)	(7.545)	(4.987)	(7.666)
	(83.034)	(153.390)	(83.537)	(153.938)
Resultado financeiro líquido	(50.285)	(117.285)	(59.773)	(130.415)

26. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	31/03/2018					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm Consórcios	Eliminações (b)	
Receita bruta	4.349.860	221.122	51.167	19.122	(274.981)	4.366.290
Deduções da receita	(751.465)	-	-	(1.562)	-	(753.027)
Receita líquida do segmento	3.598.395	221.122	51.167	17.560	(274.981)	3.613.263
Custos	(2.565.668)	(19.708)	(5.099)	(6.932)	27.499	(2.569.908)
Lucro bruto	1.032.727	201.414	46.068	10.628	(247.482)	1.043.355
Despesas com vendas	(641.873)	(83.216)	(36.082)	-	119.298	(641.873)
Despesas gerais e administrativas	(125.196)	(1.435)	(4.180)	(7.744)	5.615	(132.940)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(12.492)	(76.524)	-	-	76.524	(12.492)
Depreciação e amortização	(37.145)	(1.487)	(1.183)	(90)	2.670	(37.235)
Equivalência patrimonial	25.496	-	-	-	(2.177)	23.319
Outras receitas operacionais	21.136	(3.073)	(1.235)	-	4.308	21.136
Receitas financeiras	23.186	-	4.482	578	(4.482)	23.764
Despesas financeiras	(83.499)	-	(17)	(38)	17	(83.537)
Imposto de renda e contribuição social	(54.857)	(16.783)	(3.430)	(1.157)	20.213	(56.014)
Lucro líquido do período	147.483	18.896	4.423	2.177	(25.496)	147.483

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial LAC (Nota 12)	2.177
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 13)	18.896
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 13)	4.423
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	25.496
(-) Efeito de eliminação LAC	(2.177)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	23.319

a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Demonstrações do resultado

	31/03/2017					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm Consórcios	Eliminações (b)	
Receita bruta	3.337.851	211.009	44.742	16.108	(258.712)	3.350.998
Deduções da receita	(542.933)	-	-	(1.140)	-	(544.073)
Receita líquida do segmento	2.794.918	211.009	44.742	14.968	(258.712)	2.806.925
Custos	(1.969.649)	(26.698)	(6.278)	(7.790)	35.937	(1.974.478)
Lucro bruto	825.269	184.311	38.464	7.178	(222.775)	832.447
Despesas com vendas	(508.587)	(78.521)	(30.119)	-	108.640	(508.587)
Despesas gerais e administrativas	(114.351)	(204)	(5.166)	(5.768)	5.370	(120.119)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(5.598)	(65.854)	-	-	65.854	(5.598)
Depreciação e amortização	(34.339)	(1.494)	(1.161)	(96)	2.655	(34.435)
Equivalência patrimonial	25.087	-	-	-	(1.708)	23.379
Outras receitas operacionais	9.970	(2.401)	(535)	395	2.936	10.365
Receitas financeiras	22.596	-	5.069	927	(5.069)	23.523
Despesas financeiras	(153.859)	-	(5)	(79)	5	(153.938)
Imposto de renda e contribuição social	(7.625)	(16.154)	(2.851)	(849)	19.005	(8.474)
Lucro líquido do período	58.563	19.683	3.696	1.708	(25.087)	58.563

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial LAC)	1.708
Equivalência patrimonial Luizacred	19.683
Equivalência patrimonial Luizaseg	3.696
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	25.087
(-) Efeito de eliminação LAC	(1.708)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	23.379

(a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Balancos patrimoniais

	31/03/2018			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração consórcios
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	736.694	4.804	125	38.458
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	299.345	6.331	177.642	-
Contas a receber	1.413.382	2.760.502	-	556
Estoques	1.937.287	-	-	-
Investimentos	309.188	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.098.631	68.501	41.672	1.699
Outros	1.094.782	195.266	25.320	4.514
	6.889.309	3.035.404	244.759	45.227
Passivos				
Fornecedores	2.455.067	-	1.602	1.797
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	818.775	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.301.253	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.342.850	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	202.302	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	342.749	63.892	1.570	663
Receita diferida	499.700	18.842	-	-
Outras	725.448	48.179	22.483	10.769
	4.81.739	2.775.016	227.957	13.229
Patrimônio líquido	2.047.570	260.388	16.802	31.998
Conciliação do investimento				
Investimentos em controladas				
Investimento LAC (Nota 12)	31.998			
Investimentos em controladas em conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 13)	260.388			
Investimento Luizaseg (Nota 13)	16.802			
	277.190			
Total dos investimentos	309.188			
(-) Efeito de eliminação LAC	(31.998)			
(=) Resultado de investimento consolidado	277.190			

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce.

Balancos patrimoniais

	31/12/2017			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração consórcios
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	373.167	5.648	211	39.540
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.259.553	6.251	182.343	-
Contas a receber	1.245.672	2.591.429	-	359
Estoques	1.969.333	-	-	-
Investimentos	341.168	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.099.670	69.988	42.855	1.717
Outros	1.118.628	156.157	21.839	3.724
	7.407.191	2.829.473	247.248	45.340
Passivos				
Fornecedores	2.917.836	-	1.595	1.740
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	871.498	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.196.675	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.217.662	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	203.841	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	300.922	65.091	1.593	612
Receita diferida	510.403	19.092	-	-
Outras	732.555	37.379	22.446	13.167
	5.333.214	2.535.899	229.475	15.519
Patrimônio líquido	2.073.977	293.574	17.773	29.821
Conciliação do investimento				
Investimentos em controladas				
Investimento LAC (Nota 12)	29.821			
Investimentos em controladas em conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 13)	293.574			
Investimento Luizaseg (Nota 13)	17.773			
	311.347			
Total dos investimentos	341.168			
(-) Efeito de eliminação LAC	(29.821)			
(=) Resultado de investimento consolidado	311.347			

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.

27. Instrumentos financeiros

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A Companhia utiliza a medição não contábil dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado, o qual, no seu entendimento, representa uma métrica relevante para monitorar o nível endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas, líquidas das disponibilidades para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. A Companhia define EBITDA ajustado como lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, da depreciação e amortização e de eventos operacionais de caráter extraordinário. EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	(818.775)	(871.498)	(818.775)	(871.498)
(+)Caixa e equivalentes de caixa	736.169	370.926	775.152	412.707
(+)Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	299.345	1.259.553	299.345	1.259.553
(+)Cartões de crédito de terceiros	989.168	818.154	992.543	820.267
(+)Cartões de crédito de partes relacionadas	35.930	42.338	35.930	42.338
Caixa líquido ajustado	1.241.837	1.619.473	1.284.195	1.663.367
Patrimônio líquido	2.047.570	2.073.977	2.047.570	2.073.977

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	Custo amortizado	79.221	90.560	79.528	91.928
Depósitos judiciais	Custo amortizado	333.935	310.899	333.937	310.901
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	1.003.168	835.088	1.006.543	837.201
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	404.401	403.636	407.395	408.830
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	51.429	57.647	50.023	54.428
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	35.930	42.338	35.930	42.338
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	Custo amortizado	656.948	280.366	695.624	320.779
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	11.164	10.995	11.164	10.995
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários	VJR	288.181	1.247.180	288.181	1.247.180
Instrumentos Derivativos Ativo	VJR	-	1.378	-	1.378
Total de Ativos financeiros		2.864.377	3.280.087	2.908.325	3.325.958

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	Custo amortizado	2.447.446	2.898.025	2.456.864	2.919.541
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	818.775	818.979	818.775	818.979
Empréstimos e financiamentos	VJR	-	52.519	-	52.519
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	82.914	89.486	82.914	89.521
Total de Passivos financeiros		3.349.135	3.859.009	3.358.553	3.880.560

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas informações trimestrais são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A mensuração dos ativos e passivos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

Categoria de instrumentos financeiros - Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado		Nível
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	1.003.168	-	1.006.543	-	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	35.930	-	35.930	-	Nível 2
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	VJR	288.181	1.538.541	288.181	1.578.954	Nível 2
Instrumentos Derivativos Ativo	VJR	-	1.378	-	1.378	Nível 2
Total de Ativos financeiros		<u>1.327.279</u>	<u>1.539.919</u>	<u>1.330.654</u>	<u>1.580.332</u>	
Empréstimos e financiamentos	VJR	-	52.519	-	52.519	Nível 2
Total de Passivos financeiros		<u>-</u>	<u>52.519</u>	<u>-</u>	<u>52.519</u>	

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de recebíveis de cartão de crédito é determinado com base em premissas usualmente utilizadas para vendas de ativos similares.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores	2.456.864	2.456.864	-	-	2.456.864
Empréstimos e financiamentos	818.775	420.205	456.168	14.116	890.489
Partes relacionadas	82.914	82.914	-	-	82.914
Outras contas a pagar ex-cotistas	1.000	1.000	-	-	1.000

Considerações sobre riscos

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de março de 2018 era de R\$ 1.250.820 (R\$ 1.066.091 em 31 de dezembro de 2017). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9 - ver nota explicativa 3.2.b.ii), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de março de 2018, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 5.542 (R\$ 5.346 em 31 de dezembro de 2017), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 7 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ao Rating Soberano. Em 31 de março de 2018, 100% (cem por cento) dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$956.293 (R\$1.539.919 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e R\$994.969 (R\$1.580.332 em 31 de dezembro 2017) no Consolidado. Ressalta-se ainda que grande maioria desses títulos são títulos com o risco soberano (títulos públicos brasileiros).

Risco de mercado: decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de março de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com quedas de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de queda nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de receitas financeiras das aplicações financeiras líquidas das despesas com juros para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/03/2018	31/03/2018
Certificados de depósitos bancários (nota 5)	656.752	665.194
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 5)	196	30.430
Equivalentes de caixa	<u>656.948</u>	<u>695.624</u>
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	<u>299.345</u>	<u>299.345</u>
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>956.293</u>	<u>994.969</u>
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	<u>(818.775)</u>	<u>(818.775)</u>
Variação	<u>137.518</u>	<u>176.194</u>
Juros a incorrer expostos a CDI	6,39%	6,39%
Impacto no resulta do financeiro, líquido de impostos:		
Cenário I Provável	387	958
Cenário II Acima 25%	290	718
Cenário III Acima 50%	193	479

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

Nesse trimestre, a Companhia liquidou todas as operações que possuíam *hedge*.

28. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Variação de valor justos de ativos financeiros	3.098	1.115	3.098	1.115
Dividendos	(50.000)	-	(50.000)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJORA	(768)	-	(768)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJR	(36.219)	-	(36.219)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - Controlada em conjunto	(52.082)	-	(52.082)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - efeito do IR/CS	12.576	-	12.576	-

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são assim demonstradas:

	31/03/2018	31/12/2017
Responsabilidade civil e D&O	65.000	65.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	2.646.756	2.402.335
Veículos	14.162	14.162
	<u>2.725.918</u>	<u>2.481.497</u>

30. Eventos subsequentes

30.1 Investimento em controlada

Em 07 de maio de 2018, foi celebrado o contrato de aquisição da startup de tecnologia aplicada à logística Logbee, de São Paulo (SP), que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos. A Companhia está em processo de apuração da combinação de negócios, conforme o CPC 15 e IFRS 03.